Maria Helena Diniz

O ESTADO ATUAL DO BIODIREITO

Questões polêmicas ético-jurídicas

2024



SUMÁRIO

Pre	efácio	21				
C	CAPÍTULO					
BI	OÉTICA E BIODIREITO	23				
1.	Biodireito ante a nova imagem da ética médico-científica	23				
2.	Bioética	30				
	2.a) Sua delimitação conceitual e seus problemas	30				
	2.b) Princípios bioéticos básicos	34				
3.						
4.	Bioética, biodireito e humanismo jurídico	39				
	CAPÍTULO IIIIIIIIIIIIIIIIIIIIIIIIIIIIIIIIIIII	41				
1.	Proteção à vida humana					
	1.a) Inviolabilidade constitucional do direito à vida	41				
	1.b) Tutela civil e penal da vida humana	44				
	1.c) Princípio do primado do direito à vida	46				
2.	Direito ao nascimento	47				
	2.a) Direito de nascer	47				
	2.b) Problematicidade ético-jurídica do aborto	50				

		2.b.1)	Breve no	ta introdutória	50		
		2.b.2)	Aborto: s	sua delimitação conceitual e classificação	51		
			2.b.2.1)	Conceituação	51		
			2.b.2.2)	Modalidades	52		
		2.b.3)		ação da prática abortiva ao longo da história	55		
		2.b.4)		riminoso	57		
			2.b.4.1) 2.b.4.2)	Definição e configuração jurídica Espécies de aborto criminoso previstas na le-	57		
			2.b.4.3) 2.b.4.4)	gislação penal brasileira Prova da existência do crime de aborto Solução da antinomia de valoração	60 63 64		
		2.b.5)	-	da interrupção seletiva da gravidez e o alvará	65		
		2.b.6)	,	gal	80		
		2.b.7)	Análise d	los argumentos pró-aborto sob uma dimensão -jurídica	98		
			2.b.7.1)	Generalidades	98		
			2.b.7.2)	Abortismo ideológico	98		
			2.b.7.3) 2.b.7.4)	Abortismo socioeconômicoAbortismo privado	104 107		
		2.b.8)	Reflexões	s sobre a descriminalização do aborto	113		
	2.c)		-	to à vida humana e a paternidade responsável da bioética	128		
	2.d)	Sugestõ	es de lege	ferenda voltadas ao movimento pró-vida e ao nejamento familiar	132		
3.		ireitos do embrião e do nascituro e a responsabilidade civil por moral e patrimonial			138		
4.	Mate	rnidade	e paternid	ade responsável e planejamento familiar	154		
	4.a)	Proteçã	o jurídica	à maternidade	154		
	4.b)	Direito	à materni	dade da presa	161		
	4.c)	Explosã	io demogr	áfica e controle da natalidade	165		
	4.d)		reito reprodutivo-sexual, o direito à descendência e o planeja- to familiar como parâmetros da política populacional				
	4.e)	A liber	A liberdade sexual responsável e a escolha de métodos anticoncepcionais				
5.	Ester	ilizacão l	hiimana ai	tificial	176		
٠.	5.a)			The latest	176		
	ω . α	1100000	SCIUIO		1/0		

	5.b)	Esterilização eugênica dos anormais e de criminosos por desvio de sexualidade	178					
	5.c)		181					
	5.d)	, <u> </u>	182					
	5.e)	,	182					
	5.f)	, -	182					
6.	Saúd	e física e mental	184					
	6.a)	Direito à saúde física e mental	184					
	6.b)	Direito sanitário e bioética social						
	6.c)	A ética nos desastres de massa e a medicina de risco ou de ca- tástrofe						
	6.d)	Controle de infecção hospitalar						
	6.e)	Direito à incolumidade da mente como um dever a ser respeitado por todos						
	6.f)	Ofensas à integridade psíquica como lesões à liberdade moral da pessoa						
	6.g)	Tutela jurídica à saúde da mente	217					
	6.h)	Autonomia da vontade do portador de doença mental						
	6.i)	Problemas bioéticos do tratamento psiquiátrico involuntário 22						
	6.j)	Direito à integridade psíquica e física do acusado e do conde- nado	230					
7.	A AI	DS e o direito	278					
	7.a)	Controle da higidez do sangue						
	7.b)		280					
	,	7.b.1) Triagem sorológica do vírus da imunodeficiência humana	280					
		7.b.2) Proteção jurídica da dignidade dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e dos doentes da	286					
		7.b.3) Direitos e deveres do profissional da saúde infectado pelo	294					
8.	Trans	sfusão de sangue	298					
	8.a)	8.a) Responsabilidade civil na coleta e na transfusão de sangue						
	8.b)	A recusa na aceitação de transfusão de sangue e o princípio da autonomia da vontade no biodireito						
	8.c)	Colisão entre o direito de viver de uma pessoa e o direito de crença religiosa de outra						
	8 4)		345					

	8.e)			m direito da personalidade e um valor social		
9.	Direit	Direito ao aspecto físico da estética humana				
	9.a)	A lesão à estética pessoal e a responsabilidade civil por dano moral				
	9.b)	Cirurgi	a plástica o	ou reparadora e cirurgia estética ou cosmetológica origação de meio e de resultado do médico		
10.	Adeq	uação do	sexo do	intersexual e do transexual		
	10.a)	O transexualismo e a identidade sexual				
	10.b)	A intervenção cirúrgica no estado intersexual e transexual				
	10.c)	Probler	nas jurídio	cos decorrentes da mudança de sexo		
11.	Transplante de órgãos e tecidos humanos					
		Direito ao uso de partes separadas do próprio corpo ou de				
	,	alheio				
	11.b)	alheio				
		_		egislação brasileira		
		Transplantes na legislação brasileira				
		Perfil jurídico do transplante de órgãos e tecidos				
	,	,		nte de órgãos e tecidos "post mortem"		
		11.0.1)	11.e.1.1)	Retirada <i>post mortem</i> de tecidos, órgãos e partes do corpo humano para serem transplantados		
			11.e.1.2)	Determinação da morte encefálica para fins de transplante de órgãos e a questão da vida residual		
			11.e.1.3)	Doação presumida de órgãos no direito ante- rior		
			11.e.1.4)	Remoção <i>post mortem</i> de órgãos de incapaz e de pessoa não identificada		
		11.e.2)	Transplai	nte de órgãos e tecidos "inter vivos"		
			Utilização	o de órgãos de grupos populacionais com autoduzida		
		11.e.4)		mento livre e esclarecido do receptor de órgãos		
	11.f)	Mercado de órgãos e tecidos humanos				
	11.g)					
	11 h)) Formulários				

SUMÁRIO

12.	Direit	to à morte digna4					
	12.a)	a) O "morrer com dignidade" como valor fonte do biodireito					
	12.c)	Limites da distanásia e direito ao prolongamento artificial da vida					
	12.d)	O direito de morrer com dignidade e a filosofia do hospice 4					
		Autodeterminação do paciente terminal e a relevância jurídica da objeção de consciência					
	12.f)	Perspectiva humanista como tendência atual da bioética e do biodireito na solução de problemas ético-jurídicos do morrer com dignidade					
13.	Expe	riência científica em seres humanos 5					
	13.a)	Pesquisa com seres humanos e seus problemas 5					
	13.b)	Princípios ético-jurídicos da experimentação científica em seres humanos					
	13.c)	Diretrizes ético-internacionais para pesquisas ou experiências biomédicas em seres humanos					
	13.d)	Engenharia genética e pesquisas com genoma humano					
		13.d.1) Engenharia genética e biotecnologia					
		13.d.2) Projeto Genoma Humano (PGH) e bioética					
		13.d.3) Diagnose genética no ser humano					
		13.d.4) Terapia gênica, aconselhamento genético, desconstrução do espectro do eugenismo e o respeito aos direitos das pessoas portadoras de deficiência física ou mental					
		13.d.5) Manipulação genética humana e seus limites					
		13.d.6) Intervenções científicas em embriões humanos e a polêmica dos embriões excedentes					
		13.d.7) Clonagem					
		13.d.7.1) Etiologia histórica da clonagem					
		13.d.8) Patentes sobre material genético humano: sim ou não?					
		13.d.9) Dilemas éticos da medicina preditiva ante o trinômio médico-paciente-indústria biotecnológica					
	13.e)	As novas técnicas científicas de reprodução humana assistida					
		13.e.1) Fertilização humana assistida e situações dela decorrentes					
		13.e.2) Problematicidade da inseminação artificial					

			13.e.2.1)	Conceito e modalidades	
			13.e.2.2)	Argumentos ético-jurídicos em torno da inse-	
				minação artificial homóloga e heteróloga	
		13.e.3)	•	se ou fertilização "in vitro" e suas consequências	
		13.e.4)	Sugestões	"de lege ferenda" para um anteprojeto sobre ão humana assistida	
		13.e.5)	- :	e reprodução humana assistida	
		13.e.6)		textuais	
			13.e.6.1)	Instrumento de doação voluntária de oócitos	
			13.e.6.2)	Acordo de criopreservação do sêmen	
			13.e.6.3)	Informe de consentimento para técnicas de fertilização assistida (FIV/ICSI/GIFT/PROST)	
			13.e.6.4)	Instrumento de autorização para fertilização <i>in vitro</i> com oócito doado	
			13.e.6.5)	Informe de consentimento para congelamento e preservação de pré-embriões (pró-nucleados, multicelulares e blastocistos)	
			13.e.6.6)	Instrumento de autorização para o uso de embriões "doados" ou cedidos gratuitamente	
	13.f)	Comitê	s de Ética	em Pesquisa	
	13.g)		essidade de um novo estatuto jurídico-penal voltado à crimi- lade genética		
14	Tortu	ra média	ra		
				ções dos Comitês de Ética Hospitalar	
10.	-		_	e	
	,			cos	
	16.b) O sigilo médico para a preservação da confidencialidade privacidade do paciente				
		16.b.1)	-	como um dever "prima facie" decorrente da confidencial da relação médico-paciente	
		16.b.2)	-	o da quebra da confidencialidade e da privaci-	
		16.b.3)		o e boletim médicos	
		16.b.4)	A inform	ática e o segredo médico	
		16.b.5)	Cessação	da obrigatoriedade da preservação do segredo	
	16.c)	O princ		nsentimento livre e esclarecido como legitimação	
	e fundamento do ato médico			· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	

		16.c.1)	O consenso informado como manifestação do princípio da autonomia
		16.c.2)	Limites condicionadores do consentimento consciente
		,	Exceções ao dever de obtenção do consentimento informado
	16.d)	incontr	médico, a má prática, o acidente imprevisível, o resultado olável e a responsabilidade criminal e civil do profissional le
		16.d.1)	Erro médico: noção, fatores concorrentes e meios para sua prevenção
		16.d.2)	Caracteres para avaliação do erro médico
		16.d.3)	Distinção entre má prática médica, acidente imprevisível e resultado incontrolável
		16.d.4)	Responsabilidade civil médica por dano moral e patrimonial e a socialização do risco médico
			Responsabilidade médica derivada
			Responsabilidade do estudante de medicina
			Responsabilidade criminal oriunda da profissão médica
		16.d.8)	Responsabilidade civil dos enfermeiros, parteiras, proprietários e diretores de hospitais e clínicas
	16.e)	mentos	iamento de riscos e o crescente aumento dos questiona- judiciais de pacientes contra os prestadores de serviços le
	16.f)		s do paciente
M	ACRO		CA E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE OGICAMENTE EQUILIBRADO
1.	Crise	ambient	tal e ecodesenvolvimento
2.			ılismo ecológico e direito ambiental
3.			te e preservação da biodiversidade dos ecossistemas
4.	Natur	eza jurío	lica do meio ambiente ecologicamente equilibrado e
5.	U		iental provocado pela biotecnologia
6.	Biopi	rataria e	patenteamento do organismo geneticamente modificado
	(OGN	A)	

O ESTADO ATUAL DO BIODIREITO • Maria Helena Diniz

7.	Tutela jurídica do meio ambiente	902
	7.a) Considerações iniciais	902
	7.b) Mecanismos não jurisdicionais de tutela ambiental	903
	7.c) Proteção jurisdicional do meio ambiente	933
8.	Responsabilidade civil por dano ecológico	947
	8.a) Notas preliminares	947
	8.b) Responsabilidade por poluição	952
	8.c) Responsabilidade civil nas atividades nucleares	976
C	PÍTULO IV	
0	LITURA DA DIOÉTICA E DA DIADIREITA CAMA UM	
DE	UTURO DA BIOÉTICA E DO BIODIREITO COMO UM SAFIO PARA O SÉCULO XXI	985